



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Relatório de Gestão e Contas
do
Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
2020



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice

1. Nota introdutória	4
2. Enquadramento	4
3. Atividades Desenvolvidas.....	7
3.1. Candidaturas apresentadas	7
3.1.1. Evolução das candidaturas apresentadas	7
3.1.2. Caracterização das candidaturas apresentadas em 2020	7
3.2. Apreciação de candidaturas.....	9
3.2.1. Aprovação de Candidaturas	9
3.2.2. Candidaturas não admitidas/arquivadas	9
3.2.3. Candidaturas pendentes ou em análise	10
3.3 Contratos de Financiamento.....	11
3.4. Situação das candidaturas 2009-2020	14
4. Sistema de Gestão do Fundo	15
5. Análise Orçamental, Económica e Financeira	16
5.1. Análise Orçamental	16
5.1.1. Receita.....	16
5.1.1.1 Demonstração de execução orçamental da receita.....	16
5.1.1.2. Evolução da Receita	17
5.1.2. Despesa	18
5.1.2.1 Demonstração Orçamental da Despesa	18
5.1.2.2. Evolução da Despesa	19
5.1.3. Demonstração do desempenho orçamental.....	20
5.2. Demonstrações Financeiras	21
5.2.1 Balanço.....	21
5.2.2 Demonstração de Resultados por Natureza	22
6. Síntese conclusiva	25
Anexos	27
Demonstrações Financeiras.....	28
Anexo às demonstrações financeiras.....	33
Demonstrações Orçamentais.....	37



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2020)	7
Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas por Ministério -2020	7
Quadro 2 - Distribuição de candidaturas por distrito – 2020	8
Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por âmbito – 2020	8
Quadro 4 – Candidaturas Aprovadas – 2020	9
Quadro 5 – Reapreciação de Candidaturas	9
Quadro 6 – Candidaturas arquivadas	10
Quadro 7 – Candidaturas pendentes ou em análise, por ministério	10
Quadro 8 – Contratos de Financiamento	11
Quadro 9 – Candidaturas aprovadas sem contrato	13
Gráfico 2 - Decomposição das candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2020	14
Quadro 10– Ponto de situação das candidaturas	14
Quadro 11 - Execução da Receita	16
Quadro 12 – Proveniência da receita efetiva	17
Quadro 13 – Evolução da Receita (2019-2020)	17
Gráfico 3- Evolução da receita por agrupamentos (2019 e 2020)	17
Quadro 14 - Execução da Despesa	18
Quadro 15 – Evolução da despesa	19
Gráfico 4- Evolução da despesa (2019 a 2020)	19



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Lista de abreviaturas

ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ADE	Administração Direta do Estado
AIE	Administração Indireta do Estado
ANBA	Academia Nacional de Belas Artes
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CHO	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.
CPL	Casa Pia de Lisboa
CHPL	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DRAP Alentejo	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
DRAP Algarve	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
DRAPLVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
DRAPN	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
EPE	Entidades Públicas Empresariais
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
FRCP	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
GNR	Guarda Nacional Republicana
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IGF	Inspeção Geral de Finanças
IGFEJ	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos Saúde, IP
IRN	Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.
MAI	Ministério da Administração Interna
MA	Ministério da Agricultura
MAAC	Ministério do Ambiente e da Ação Climática
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação e Ciência
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MM	Ministério do Mar
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGPCM	Secretaria-Geral do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SGEC	Secretaria-Geral da Educação e Ciência
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SGMTSSS	Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1. Nota introdutória

O relatório de gestão e contas do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP), é elaborado em cumprimento do disposto no artigo 2.º do seu Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, que determina ainda que o mesmo deverá ser presente ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, após emissão de parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

O presente documento apresenta uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando, também, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o ano de 2020, atentos os objetivos e ações definidos no respetivo plano de atividades.

2. Enquadramento

O Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial foi criado pelo Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro¹, tendo por objeto e finalidade o financiamento das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

O FRCP tem a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, regendo-se a sua atividade nos termos do Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março.

O financiamento provém, essencialmente, da receita proveniente de contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade², receitas resultantes da alienação, da oneração, cedência de utilização e do arrendamento de bens imóveis do Estado, e de rendimentos provenientes de aplicações financeiras.

Podem ser beneficiários de financiamento do Fundo os serviços utilizadores dos imóveis do Estado que apresentem a respetiva candidatura, devendo, no entanto, os projetos estar enquadrados no âmbito dos planos de conservação e reabilitação relativos aos imóveis que lhe estão afetos, elaborados em cumprimento do disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, com exceção das seguintes situações:

- Os imóveis classificados da propriedade do Estado não afetos ao funcionamento de serviços públicos;
- Os imóveis da propriedade do Estado utilizados pelas entidades a favor dos quais reverta integralmente o produto da alienação e oneração do património do Estado;
- As obras de conservação ou beneficiação que sirvam apenas para modernização das instalações;
- As obras em imóveis disponíveis para alienação;

¹ Alterado pelo artigo 170.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro)

² Nos termos previstos na alínea a) do artigo 7.º da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto, pela Portaria n.º 397/2019, de 21 de novembro e Portaria n.º 309-D/2020, de 31 de dezembro.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- As operações de intervenção cujo orçamento global seja inferior a 100.000€, salvo obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

O financiamento é a fundo perdido, podendo atingir 80% do custo estimado da operação de intervenção. Pode ser atribuída uma comparticipação financeira de percentagem superior, nas situações de obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

Podem ainda ser beneficiários de financiamento do Fundo os institutos públicos e as empresas públicas do setor empresarial do Estado, ao abrigo “Programa de Remoção de Amianto”, de acordo com o estipulado na Lei do Orçamento do Estado e nas condições definidas na norma, sendo também viável financiamento reembolsável da verba que não seja financiada a fundo perdido.

As condições de atribuição e suspensão do financiamento pelo Fundo, bem como os demais direitos e deveres das partes, são reduzidos a escrito no contrato de financiamento.

Nos termos do Regulamento compete às Unidades de Gestão Patrimonial a apresentação à Comissão Diretiva do Fundo das candidaturas elaboradas pelos Serviços. Compete-lhe ainda, efetuar o acompanhamento do contrato de financiamento, designadamente, aferir do cumprimento do projeto de execução da obra, e informar a Comissão Diretiva nas várias fases do projeto, tendo em vista o desembolso da comparticipação financeira, sendo as operações materiais de fiscalização e acompanhamento da obra reduzidas a auto.

O Fundo é gerido por uma Comissão Diretiva, constituída em conformidade com o Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, sendo presidida, por inerência, pela Diretora Geral do Tesouro e Finanças, e os restantes membros da comissão diretiva nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças:

- Presidente da Comissão Diretiva - Dr.ª Maria João Araújo - Diretora Geral do Tesouro e Finanças, em regime de substituição³
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ – Arq.º Miguel Marques dos Santos, Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ – Dr.ª Liliana Andreia da Fonseca Lourenço, técnica superior especialista em orçamento e finanças públicas do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças

A Comissão Diretiva é responsável por assegurar as relações do Fundo com o Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial e com as Unidades de Gestão Patrimonial, com os Serviços utilizadores dos imóveis e com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), bem como apreciar, hierarquizar e aprovar as candidaturas apresentadas e proceder ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

³ Despacho n.º 2134/2017, de 22 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 52 de 14 de março

⁴ Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 27.12.2017



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

O Fundo não dispõe de recursos humanos próprios, sendo a DGTF que presta à comissão diretiva o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao respetivo funcionamento.

Os recursos humanos afetos ao Fundo registaram desde julho de 2020 uma redução drástica⁵, tendo sido encetado pela DGTF um procedimento de aquisição de serviços, para dotar o fundo dos recursos necessários à concretização dos seus objetivos.

No ano de 2020, foram realizadas doze reuniões da Comissão Diretiva, das quais foi lavrada a competente ata, para apreciação dos assuntos que competem a este órgão. Os temas apreciados incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, as decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda a gestão e programação financeira do Fundo.

No âmbito das matérias apreciadas, identificam-se os seguintes pontos:

- Apreciação e aprovação da reaplicação de verbas de CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo e ainda da retenção dos respetivos juros;
- Aprovação do montante a financiar de cinco candidaturas;
- Aprovação da alteração do montante a financiar de quatro candidaturas, incluindo três aprovadas em anos anteriores;
- Aprovação de cinco contratos de financiamento;
- Apreciação e autorização dos pedidos de comparticipação apresentados pelas entidades, na sequência dos contratos de financiamento celebrados em execução;
- Apreciação de processos de despesa no contexto do fecho orçamental de 2019;
- Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2019 e restantes documentos de prestação de contas respeitantes ao ano económico de 2019;
- Apreciação e aprovação dos relatórios trimestrais da execução orçamental respeitantes a 2020;
- Aprovação da proposta de orçamento do Fundo para 2021;

⁵Nesta data os recursos humanos ficaram reduzidos a um técnico superior em regime de tempo inteiro e um técnico superior a tempo parcial na área financeira, na parte respeitante à contabilidade, ficando desprovido de técnicos superiores para a análise técnica das candidaturas.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3. Atividades Desenvolvidas

A atividade desenvolvida em 2020 integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se encontram sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

3.1. Candidaturas apresentadas

3.1.1. Evolução das candidaturas apresentadas

O quadro 1 ilustra a evolução na atividade do Fundo, em termos de candidaturas apresentadas.

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2020)

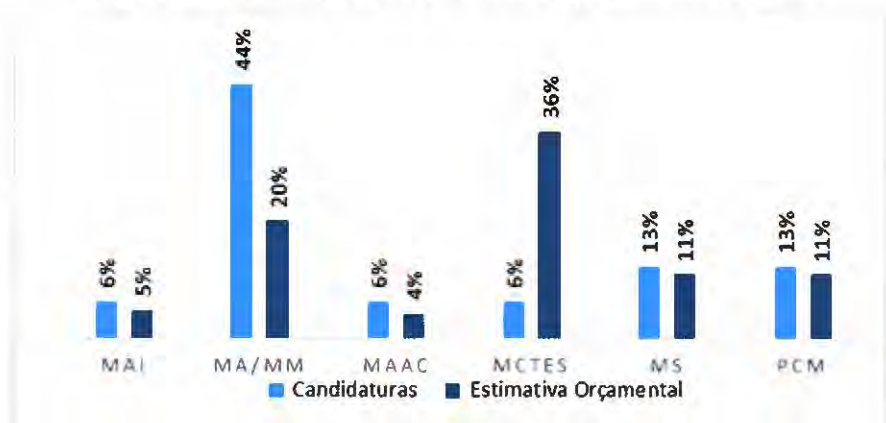
Ministério	2009 - 2018		2019		2020		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
MAI	47	9 394 420	-	-	1	319 800	48	9 714 220
MA/MM	39	6 036 742	1	210 585	7	1 364 542	47	7 611 869
MAAC	-	-	-	-	1	275 000	1	275 000
MDN	40	9 953 168	-	-	-	-	40	9 953 168
ME	1	437 760	-	-	-	-	1	437 760
MEdu/MCTES	15	15 663 918	-	-	1	2 410 405	16	18 074 323
MF	8	2 498 132	-	-	-	-	8	2 498 132
MJ	14	3 930 074	-	-	-	-	14	3 930 074
MNE	-	-	-	-	2	883 045	2	883 045
MS	68	81 092 570	1	3 500 343	2	750 754	71	85 343 667
MTSSS	27	16 390 637	-	-	-	-	27	16 390 637
PCM	53	31 992 313	2	396 696	2	744 827	57	33 133 836
Total	312	177 389 733	4	4 107 624	16	6 748 373	332	188 245 730

Durante o ano de 2020, foram apresentadas 16 novas candidaturas, tendo-se atingindo um total de 332 candidaturas desde 2009. Comparativamente com o ano anterior, verifica-se um acréscimo, quer ao nível do número de candidaturas apresentadas, quer a nível do valor, com um de acréscimo de 64%.

3.1.2. Caracterização das candidaturas apresentadas em 2020

O gráfico 1 e os quadros 2 e 3, refletem a distribuição das candidaturas apresentadas em 2020 por Ministério, distribuição geográfica e tipo de entidades.

Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas por Ministério -2020



FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Conforme resulta do quadro 1 e do gráfico anterior, em 2020, quanto à distribuição por Ministério, verifica-se uma concentração no número de candidaturas apresentadas no MA/MM com 7 candidaturas. Atendendo ao investimento global das intervenções destaca-se o MCTES, seguindo-se a MA/MM. Em termos acumulados, conforme resulta da análise do quadro 1, destaca-se o MS, seguindo-se a PCM e o MAI atento o número de candidaturas apresentadas, sendo este último substituído pelo MEC no que respeita ao investimento envolvido.

Em relação à localização dos imóveis e investimentos envolvidos, conforme consta no quadro seguinte, salienta-se o distrito de Lisboa, com 7 candidaturas apresentadas com um valor aproximado de 2,4 milhões de euros, correspondente a 37 % do investimento.

Quadro 2 - Distribuição de candidaturas por distrito – 2020

Distrito	N.º	N.º (%)	Valor (€)	Valor (%)
Bragança	2	13%	424 842	6%
Évora	1	6%	319 800	5%
Faro	1	6%	332 156	5%
Leiria	1	6%	2 410 405	36%
Lisboa	7	44%	2 491 670	37%
Porto	4	25%	769 500	11%
Total	16	100%	6 748 373	100%

No que respeita à caracterização das entidades que apresentaram candidaturas o ano de 2020 registou alterações comparativamente com a estrutura registada no ano de 2019, com a apresentação de 2 candidaturas por entidades no âmbito da Administração Indireta do Estado (AIE) e 1 por uma entidade pertencente ao Setor Empresarial do Estado (SEE). As restantes candidaturas (13) foram apresentadas por entidades no âmbito da Administração Direta do Estado (ADE).

Quanto ao âmbito das candidaturas foram apresentadas 4 candidaturas ao abrigo do Programa de Remoção de Amianto⁶ (PRA) e 12 para Reabilitação e Conservação (RC).

Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por âmbito – 2020

Entidade	PRA		RC	
	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)
ADE	1	343 009	12	3 307 287
AIE	2	2 823 077	-	-
SEE	1	275 000	-	-
Total	4	3 441 086	12	3 307 287

⁶ Artigo 294º da Lei nº 2/2020, de 31 de março

[Handwritten signatures and initials]



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.2. Apreciação de candidaturas

3.2.1. Aprovação de Candidaturas

Conforme descrito no ponto anterior, no decorrer do ano de 2020 foram apresentadas 16 novas candidaturas, que no conjunto totalizam aproximadamente 6,7 milhões de euros de investimento, que acresceram às candidaturas transitadas de anos anteriores, cujos processos ainda não se encontravam concluídos.

De referir que transitaram do ano anterior 40 candidaturas que se encontravam pendentes da junção de elementos adicionais ou a aguardar análise.

Durante o ano de 2020, foram aprovadas 5 candidaturas a que corresponderá um financiamento de cerca de 3,4 milhões de euros, o que representa uma ligeira quebra face à atividade de ano anterior, com 6 candidaturas aprovadas, com financiamento aprovado (4,7 milhões de euros em 2019).

O quadro seguinte, resume as candidaturas aprovadas por ministério:

Quadro 4 – Candidaturas Aprovadas – 2020

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar
DRAPLVT	1	210 585	144 648
MA/MM	1	210 585	144 648
CHPL	1	3 500 343	2 542 656
MS	1	3 500 343	2 542 656
BNP	2	780 015	624 012
DRCN	1	199 681	159 745
PCM	3	979 696	783 757
Total	5	4 690 624	3 471 061

Foram ainda objeto de reapreciação, na sequência da apresentação dos projetos de execução ou da necessidade de alteração dos montantes a financiar na sequência dos procedimentos de contratação pública realizados das seguintes candidaturas aprovadas em anos anteriores.

Quadro 5 – Reapreciação de Candidaturas

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar
SGMF	1	732 880	586 304
MF	1	732 880	586 304
ANBA	1	422 940	338 352
DGLAB	1	472 284	377 827
PCM	2	895 224	716 179
Total	3	1 628 105	1 302 484

3.2.2. Candidaturas não admitidas/arquivadas

Durante o ano de 2020, em resultado do acompanhamento às candidaturas, nomeadamente dos pedidos de informação solicitados pelo Fundo através das respetivas Unidades de Gestão Patrimonial, foi deliberado arquivar 7 candidaturas que corresponderiam a um financiamento estimado de cerca de 2 milhões de euros, onde se incluem 2 candidaturas objeto de aprovação em anos anteriores cujo financiamento ascendia a 0,1 milhões de euros.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 6 – Candidaturas arquivadas

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Financiamento
MA/MM - DRAP Norte	2	161 135	120 851
Subtotal - Aprovadas	2	161 135	120 851
MAAC - Metro do Porto	1	275 000	275 000
MA/MM - DRAP Norte	2	231 240	184 992
MS - ARS	2	1 884 383	1 507 506
Subtotal - Por aprovar	5	2 390 623	1 967 498
Total	7	2 551 758	2 088 349

3.2.3. Candidaturas pendentes ou em análise

No que se refere às candidaturas pendentes ou em análise, verificou-se um acréscimo no número de candidaturas (46), face às 40 registadas em 2019, e uma redução do investimento que lhes está associado, que no seu conjunto totaliza 28,05 milhões de euros, comparando com o valor de 28,05 milhões de euros registado no ano anterior. A repartição por ministério, resume-se no quadro seguinte:

Quadro 7 – Candidaturas pendentes ou em análise, por ministério

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental
MAI	2	2 287 800
MA/MM	17	2 569 450
Medu/MCTES	3	3 696 909
MNE	2	883 045
MS	9	7 857 279
MTSSS	3	2 139 541
PCM	10	9 172 868
Total Geral	46	28 606 891

Este número inclui candidaturas transitadas de anos anteriores cuja apreciação se encontra pendente da junção de esclarecimentos dos serviços beneficiários essenciais à análise, nomeadamente, apresentação dos elementos matriciais e prediais dos imóveis, apresentação de uma memória descritiva e justificativa, com descrição das patologias presentes nos imóveis e as intervenções a implementar, acompanhadas de uma estimativa de custo de todos os trabalhos, entre as quais se destacam:

- No MS as 7 candidaturas apresentadas pelo Centro Hospitalar do Oeste referentes aos edifícios do Hospital de Torres Vedras e das Caldas da Rainha, que aguardam o envio de informação complementar no valor de 7,1 milhões de euros;
- Na PCM as 8 candidaturas apresentadas pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) no valor de 8,6 milhões, serão analisadas durante 2021 de acordo com a calendarização e prioridade atribuída;
- No MTSSS mantém-se pendente a candidatura apresentada em 2013 pela Casa Pia de Lisboa, atenta a prioridade e calendarização prevista, e a prioridade atribuída. Relativamente à candidatura apresentada pela Direção-Geral de Segurança Social, irá ser apresentada reformulação da candidatura;

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- No que respeita ao MAFDR as 8 candidaturas apresentadas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, estão pendentes do envio de elementos matriciais e registrais dos imóveis;

Relativamente às candidaturas de 2020, procedeu-se à análise dos requisitos para admissão. A apreciação ficou pendente de análise técnica, procedimento prévio inerente a esta fase.

Por fim, deverá mencionar-se que no início de 2021 será retomada a análise técnica das candidaturas, que ficou pendente da afetação de recursos humanos para o efeito.

3.3 Contratos de Financiamento

Transitaram de anos anteriores, 14 candidaturas aprovadas sem contrato de financiamento, onde se incluem 1 candidatura, entretanto, arquivada na sequência da consulta às respetivas UGP e entidades beneficiárias.

Em 2020 foram celebrados 5 contratos de financiamento no valor de 1.623.613,43€, o que representa um decréscimo da atividade face ao ano de 2019 (celebrados 6 contratos de financiamento no valor de 2.289.929,29 €).

A estes acrescem, os 11 contratos transitados do ano anterior, relativos a contratos celebrados ainda sem execução ou parcialmente executados. O quadro seguinte apresenta o valor do financiamento atribuído por candidatura, e a respetiva execução:

Quadro 8 – Contratos de Financiamento

Ministério Entidade	N.º de Candidatura	N.º Contrato	Financiamento FRCP	Pagamentos anos anteriores	Pagamentos 2020	Trabalhos não realizados	Por executar
PSP	05/2015	01/2017	216 557	82 903	-	-	133 654
MAI Total			216 557	82 903	-	-	133 654
DRAP Alentejo	76/2010	02/2014	107 933	21 420	-	86 513	-
DRAP Norte	89/2010	03/2015	123 586	63 712	-	-	59 874
MA/MM Total			231 518	85 132	-	86 513	59 874
SGEC	09/2009	7/2014	764 329	-	-	-	764 329
MEdu/MCTES Total			764 329	-	-	-	764 329
SGMF	16/2018	02/2020	586 304	-	573 984	12 321	-
MF Total			586 304	-	573 984	12 321	-
IGFEJ	05/2016	05/2019	1 131 571	765 884	349 751	15 937	-
IRN	08/2017	06/2019	77 716	-	76 020	1 696	-
MI Total			1 209 288	765 884	425 771	17 633	-
ACI	13/2016	02/2018	118 579	25 988	92 591	-	-
CPL, I.P.	32/2016	01/2020	381 600	-	161 182	-	220 418
MTSSS Total			500 179	25 988	253 773	-	220 418
ANBA	06/2011	03/2020	338 352	-	41 881	-	296 471
BNP	04/2019	04/2020	157 612	-	157 504	108	-
DGLAB	64/2010	03/2019, A1/2021	377 827	-	377 827	-	-
DGLAB	65/2010	02/2019	445 225	-	-	-	445 225
DGPC	04/2014	23/2015	348 000	210 717	-	-	137 283
DRCN	02/2019	05/2020	159 745	-	-	-	159 745
SGPCM	03/2016	03/2018	59 497	-	40 244	-	19 252
PCM Total			1 886 258	210 717	617 457	108	1 057 976
TOTAL	16		5 394 432	1 170 624	1 870 984	116 574	2 236 250

A execução financeira em 2020, refere-se a 9 contratos de financiamento, correspondendo a pagamentos no valor de cerca de 1,8 milhão de euros, valor superior ao do ano anterior em cerca de 0,8 milhões.

Relativamente aos contratos mencionados no quadro anterior, no que se refere ao montante por executar (2,2 milhões de euros), importa referir que a falta de execução resulta, na maioria dos casos, de alterações à calendarização da execução das empreitadas (e consequente necessidade de

Handwritten signature and initials:
A
AF



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

portarias de extensão de encargos para reescalonamento) e do desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública, entre as quais se destacam:

- A execução de contrato de financiamento celebrado com a PSP, inicialmente prevista até final de 2017, não foi possível, face ao prazo de execução da empreitada, e à data da sua consignação, o que implicou a necessidade de obtenção de autorização para reescalonamento dos encargos. Durante 2020, não foram apresentados pedidos de comparticipação;
- No caso do contrato celebrado com a DRAP Norte, o financiamento por executar resultou das dificuldades na execução da obra por incumprimento parcial do contrato de empreitada respeitante ao Edifício de Mirandela, que obrigou à apresentação de pedido de prorrogação da portaria de extensão de encargos, que foi submetido para autorização.
- A SGEN reiterou o interesse na execução da candidatura aprovada, no entanto ainda está a providenciar o reajustamento dos trabalhos a realizar, e a providenciar a abertura de um procedimento para desenvolvimento do projeto de execução;
- No caso do contrato celebrado com a DGLAB, com encargos previstos para 2019 e 2020, o procedimento de contratação pública para a realização da empreitada ficou deserto, o que implicou alterações na calendarização e inerente alteração do escalonamento financeiro inicialmente previsto;
- A execução do contrato de financiamento celebrado com a DGPC, ficou pendente da regularização, através de portaria de extensão de encargos na qual se refletirá o escalonamento da despesa associada à empreitada e ao respetivo financiamento pelo FRCP e sequente formalização do pedido de comparticipação;
- Por último, no caso da Secretaria-Geral da PCM, o pagamento da comparticipação ficou pendente da regularização do pagamento das contrapartidas devidas no âmbito da aplicação do Princípio da Onerosidade.

No que respeita à contratualização, registou-se um ligeiro decréscimo no número de candidaturas sem contrato (13), sendo, no entanto, o financiamento a conceder no valor de 8,3 milhões de euros superior ao registado no ano anterior (cerca de 6,9 milhões de euros para 14 candidaturas).

Este comportamento, decorre em grande medida das candidaturas aprovadas em 2019 e 2020, relativamente às quais foram aprovadas minutas de contrato de financiamento que não chegaram a ser concretizados, por carecerem de autorizações prévias para assunção de encargos plurianuais e/ou por condicionantes nos procedimentos de contratação pública por parte das entidades beneficiárias.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 9 – Candidaturas aprovadas sem contrato

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Financiamento FRCP
SEF	1	570 720,00
MAI Total	1	570 720,00
DRAP LVT	1	144 648,00
DRAP Algarve	2	117 535,15
MA/MM Total	3	262 183,15
AT	1	344 400,00
MF Total	1	344 400,00
CHO	2	191 977,50
CHPL	1	2 542 656,00
MS Total	3	2 734 633,50
CPL, I.P.	1	2 092 102,08
IEFP	1	479 451,85
SGMTSSS	1	718 409,90
MTSSS Total	3	3 289 963,83
BNP	1	466 400,00
DGPC	1	654 797,99
PCM Total	2	1 121 197,99
Total Geral	13	8 323 098,47

No que se refere às candidaturas aprovadas em anos anteriores, é de salientar que a celebração de contratos de financiamento está dependente da apresentação de documentação por parte dos serviços beneficiários, designadamente projeto de execução; declaração de compromisso que ateste que as candidaturas apresentadas não são objeto de apoio através de outro programa ou instrumento financeiro de âmbito comunitário e comprovativo de que o serviço beneficiário dispõe de dotação orçamental para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação por parte do Fundo.

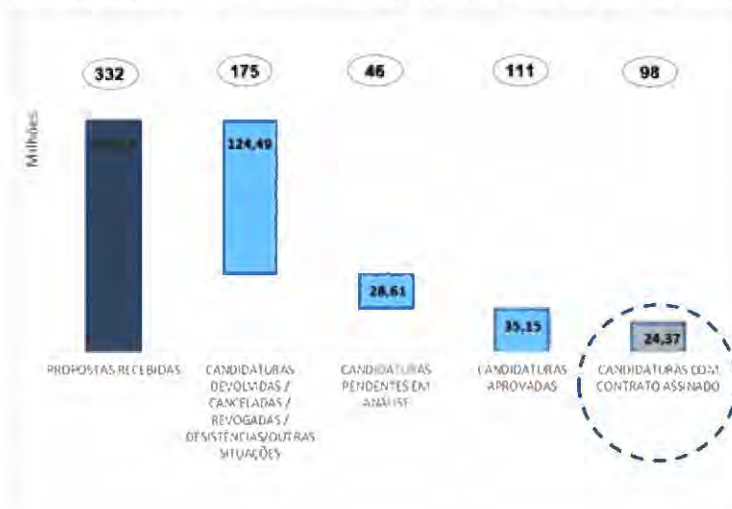
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.4. Situação das candidaturas 2009-2020

Como referido nos pontos anteriores, da apreciação das candidaturas resultou um acréscimo de 7 candidaturas no grupo das candidaturas não admitidas ou arquivadas, das quais 2 tinham sido objeto de aprovação em anos anteriores, e a aprovação de 5 candidaturas. No final do ano, permaneciam 46 candidaturas pendentes.

Apresenta-se de seguida, no gráfico 2 e no quadro 10 e, de forma sucinta e esquemática, um resumo de todas as candidaturas reportadas ao final de 2020.

Gráfico 2 - Decomposição das candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2020



O quadro seguinte apresenta a situação das candidaturas desde 2009, por ministério:

Quadro 10– Ponto de situação das candidaturas

Ministério	Propostas Recebidas		Candidaturas Devolvidas / Canceladas / Revogadas / Desistências		Candidaturas em Análise		Candidaturas Aprovadas	
	N.º	Estimativa orçamental	N.º	Estimativa orçamental	N.º	Estimativa orçamental	N.º	Estimativa orçamental / Financiamento FRCP
MAI	48	9 714 220	22	4 043 987	2	2 287 800	24	3 382 433 / 2 637 627
MA/MM	47	7 611 869	20	2 526 819	17	2 569 450	10	2 515 600 / 1 873 409
MAAC	1	275 000	1	275 000	-	-	-	- / -
MDN	40	9 953 168	24	7 251 852	-	-	16	2 701 316 / 2 069 649
ME	1	437 760	1	437 760	-	-	-	- / -
MEdu/MCTES	16	18 074 323	11	13 126 749	3	3 656 909	2	1 250 664 / 949 576
MF	8	2 498 132	2	419 829	0	-	6	2 078 303 / 1 644 562
MJ	14	3 930 074	12	2 418 464	0	-	2	1 511 609 / 1 209 288
MNE	2	883 045	-	-	2	883 045	-	- / -
MS	71	85 343 667	54	71 192 978	9	7 857 279	8	6 293 411 / 4 681 658
MTSSS	27	16 390 637	12	7 710 154	3	2 139 541	12	6 540 942 / 5 175 936
PCM	57	33 133 836	16	15 086 306	10	9 172 868	31	8 874 663 / 7 305 361
Total	332	188 245 730	175	124 489 897	46	28 606 891	111	35 148 942 / 27 547 067



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

4. Sistema de Gestão do Fundo

O desenvolvimento do sistema de controlo interno, no âmbito do qual se identificam duas componentes fundamentais, implementação e divulgação do manual de procedimentos e implementação de um sistema de informação de suporte à atividade, continuam a merecer a necessária atenção.

Em 2020 foi desenvolvido e divulgado um Guia para Instrução e Gestão das Candidaturas ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial ao abrigo do Programa de Remoção de Amianto, com o objetivo de estabelecer orientações para o cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis às candidaturas e definir a tramitação dos processos relativos às candidaturas, entre o FRCP, as Entidades Públicas, as Unidades de Gestão Patrimonial (UGP) e os diversos intervenientes.

Em 2021 pretende-se divulgar um guia para a instrução e gestão das candidaturas de operações de recuperação, reconstrução, de reabilitação, de conservação e ampliação dos imóveis propriedade do Estado destinado às entidades beneficiárias e das Unidades de Gestão Patrimonial, em complemento ao Manual de Procedimentos desenvolvido em 2019.

Quanto à implementação de um sistema de informação de suporte à atividade do Fundo, mantém-se o propósito integrar os processos relativos ao Fundo num sistema de suporte à atividade assente em modelos processuais com recursos a tecnologias digitais, o qual está contemplado num projeto em desenvolvimento pela DGTF para a formatação de uma plataforma digital para gestão do património imobiliário público. O referido projeto foi considerado na proposta do Plano de Recuperação e Resiliência, 2021-2026, no âmbito dos apoios do Next Generation EU, Componente 17-Administração Pública Digital (Reformas / Investimentos - Finanças).

Ainda neste âmbito, no final de dezembro de 2019, foi alargada a utilização do sistema de gestão documental (Edoclink) a todos os serviços da DGTF, tendo sido abrangido o Fundo.

No que se refere à solução de suporte à gestão orçamental, financeira e patrimonial, manteve-se a modalidade de utilização da solução GERFIP, de Partilha de Serviços, disponibilizada pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.).



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5. Análise Orçamental, Económica e Financeira

Durante o ano de 2020 foram reunidas as condições para transitar para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro e prestar contas de acordo com a Instrução n.º 1/2019 -PG, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, de 6 de março.

O ano de 2020 foi o ano de implementação do SNC-AP, sendo que a data de transição para o novo referencial é de 1 de janeiro de 2020.

As demonstrações orçamentais, de acordo com a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental do Fundo, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

Os mapas financeiros foram elaborados em Euros, exceto onde mencionado o contrário.

5.1. Análise Orçamental

O relato orçamental proporciona informação sobre se os recursos que foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente aprovado, nomeadamente através de: controlo da execução orçamental da despesa, controlo da execução orçamental da receita e demonstração de desempenho orçamental, evidenciando importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

5.1.1. Receita

5.1.1.1. Demonstração de execução orçamental da receita

A receita cobrada em 2020 foi de 52.404.149 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 62,2%, face ao orçamento corrigido, repartida por receitas correntes com um peso estrutural de (75,3%), 0,3% em receitas de capital e 24,4% em outras receitas.

O quadro infra apresenta uma síntese da demonstração orçamental da receita:

Quadro 11 - Execução da Receita

Designação	Dotações Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução	Peso Estrutural
Receitas Correntes				
05.03. - Rendimentos Propriedade-juros	298	297	99,7%	s.s.
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas-terrenos	22 452	15 435	68,7%	s.s.
06.03. - Transferências correntes Administração Pública	71 274 357	39 275 869	55,1%	74,9%
07.03. - Venda de bens e serviços - rendas	141 503	157 591	111,4%	0,3%
Receita Correntes	71 438 610	39 449 193	55,2%	75,3%
Receitas de Capital				
10.03. - Transferências de capital - Administração Pública	29 064	162 110	557,8%	0,3%
Receitas de capital	29 064	162 110	557,8%	0,3%
Outras Receitas				
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	12 792 847	12 792 847	100,0%	24,4%
Outras Receitas	12 792 847	12 792 847	100,0%	24,4%
Receitas Totais	84 260 521	52 404 149	62,2%	100,0%

s.s.: sem significado

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

O quadro seguinte decompõe a receita de acordo com a sua proveniência:

Quadro 12 – Proveniência da receita efetiva

Classificação Económica	Designação	Valor (€)	Peso Estrutural
05.03. - Rendimentos da Propriedade-Juros	Juros -CEDIC	297,09	s.s.
05.10. - Rendimentos da Propriedade-Rendas	Cedências e arrendamentos - Terrenos	15 435,14	s.s.
07.03. - Venda de bens e serviços - Rendas	Cedências e arrendamentos	157 591,13	0,4%
06.03. - Transferências correntes - A.P.	Princípio de Onerosidade	39 234 843,00	99,0%
06.03. - Transferências correntes - A.P.	Juros	41 026,32	0,1%
10.03. - Transferências de capital	Alienação de Imóveis	162 109,53	0,4%
Total da Receita		39 611 302,21	100%

5.1.1.2. Evolução da Receita

O quadro 13 e gráfico 3, evidenciam a evolução da receita.

Quadro 13 – Evolução da Receita (2019-2020)

Designação	Receita Cobrada 2019		Receita Cobrada 2020		Variação 2020-2019	
	valor	%	valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
05.03. - Rendimentos Propriedade-Juros	-	-	297	s.s.	297	-
05.10. - Rendimentos da Propriedade-Rendas-Terrenos	17 687	0,0%	15 435	s.s.	-2 252	-12,7%
06.03. - Transf. Correntes- Administração Central	13 430 052	33,1%	39 275 869	74,9%	25 845 818	192,4%
07.03. - Venda de bens e serviços - Rendas -Edifícios	146 255	0,4%	157 591	0,3%	11 336	7,8%
Total das Receitas Correntes	13 593 994	33,5%	39 449 193	75,3%	25 855 199	190,2%
Receitas de Capital						
10.03. - Transferências de capital - Administração Pública	191 806	0,5%	162 110	0,3%	-29 696	-15,5%
Total de Receitas de Capital	191 806	0,5%	162 110	0,3%	-29 696	-15,5%
Outras Receitas						
13.01. - Indemnizações	20 842	0,1%	-	-	-20 842	-
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	26 738 085	65,9%	12 792 847	24,4%	-13 945 238	-52,2%
Total Outras Receitas	26 758 926	66,0%	12 792 847	24,4%	-13 966 080	-52,2%
Receitas Totais	40 544 725	100,0%	52 404 149	100,0%	11 859 423	29,3%

Gráfico 3- Evolução da receita por agrupamentos (2019 e 2020)



A receita cobrada registou um acréscimo de 11.859.423 €, o que representa uma variação 29,3% face ao ano anterior, para o qual contribuíram, essencialmente as transferências Correntes - Administração Central, onde é registada a receita referente às contrapartidas recebidas em virtude da aplicação do princípio da onerosidade que registaram uma variação de 25.845.818 €.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Este acréscimo foi atenuado pelo decréscimo do saldo de gerência de 2019 a integrar no orçamento de 2020 no montante de 13.945.238 €, e ainda pelas transferências de capital, onde é registada a receita proveniente da alienação de imóveis do Estado, com uma quebra de 15,5%.

5.1.2. Despesa

5.1.2.1 Demonstração Orçamental da Despesa

O quadro infra explicita todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, organizada pelas diversas classificações económicas:

Quadro 14 - Execução da Despesa

Natureza da Despesas	Dotações Corrigidas	Cativos	Compromissos assumidos	Despesas Paga Valor	Peso %	Compromissos por pagar	Taxa de Execução
Despesas Correntes							
02 - Aquisição de Serviços	25 000	25 000	-	-		-	
04 - Transferências Correntes	92 591	-	92 591	92 591	4,9%	-	100,0%
06 - Outras despesas Correntes	4 182	4 107	74	74	0,0%	-	5,5%
Despesas Correntes	121 773	29 107	92 665	92 665	5,0%	-	100,0%
Despesas de Capital							
08 - Transferências de capital	32 559 359	-	2 717 703	1 778 394	95,0%	939 310	5,5%
Despesas de Capital	32 559 359	-	2 717 703	1 778 394	95,0%	939 310	5,5%
Outras Despesas de Capital							
11 - Outras Despesas Capital Diversos	286 542	-	-	-		-	0,0%
Outras Despesas de Capital	286 542	-	-	-		-	0,0%
Total Despesa	32 967 674	29 107	2 810 368	1 871 058	100,0%	939 310	5,7%

A despesa paga no valor de 1.871.058 €, representou uma taxa de execução de 5,7%, decorrente essencialmente, dos contratos de financiamento entre o Fundos e diversos beneficiários, tendo como finalidade o financiamento a fundo perdido, de operações de reabilitação e conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

Assinala-se ainda, os compromissos por pagar no valor de 939.310 € no âmbito dos contratos de financiamento celebrados, onde se destacam a Academia Nacional de Belas Artes e a Casa Pia de Lisboa, cuja execução estava prevista para 2020.

De referir que a fraca execução, ao nível do agrupamento 08, foi motivada por constrangimentos nos procedimentos de contratação pública por parte das entidades beneficiárias e atrasos na obtenção de autorizações prévias, que se refletiram-se na atividade do Fundo.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.1.2.2. Evolução da Despesa

O quadro 15 e o gráfico 4 evidenciam a evolução da despesa no último biénio:

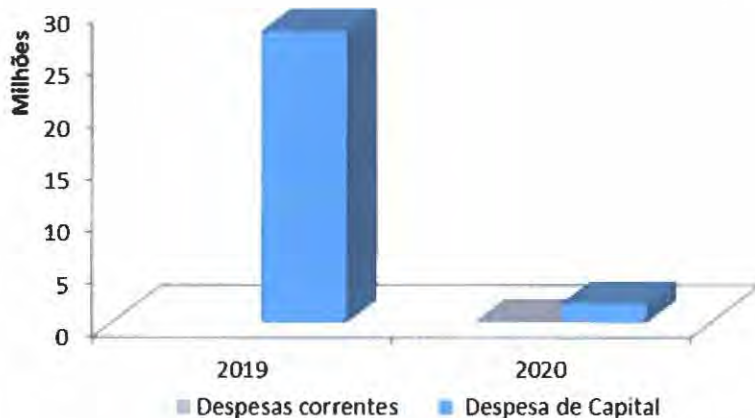
Quadro 15 – Evolução da despesa

Designação	Despesas Pagas 2019		Despesas Pagas 2020		Variação 2020-2019	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Despesas Correntes						
04. - Transferências Correntes	-	-	92 591	4,9%	92 591	-
06. Outras Despesas Correntes	-	-	74	0,0%	74	-
Despesas correntes	-	-	92 665	5,0%	92 665	-
Despesas de Capital						
08. Transferências de capital	1 013 794	3,7%	1 778 394	95,0%	764 600	75,4%
09. Ativos Financeiros	26 738 085	96,3%	-	0,0%	-26 738 085	-100,0%
Despesa de Capital	27 751 879	100,0%	1 778 394	95,0%	-25 973 485	-93,6%
Despesas Totais	27 751 879	100,0%	1 871 058	100,0%	-25 880 820	-93,3%

Globalmente a despesa paga em 2020 registou um decréscimo de 25.880.820 €, face ao valor ocorrido em 2019, associado aos ativos financeiros, em resultado da aplicação em 2019 do saldo de gerência no montante de 26.738.085 € em CEDIC.

Analisando as transferências, regista-se um acréscimo, tanto nas transferências correntes, como nas transferências de capital, decorrente do financiamento das intervenções em imóveis do Estado.

Gráfico 4- Evolução da despesa (2019 a 2020)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.1.3. Demonstração do desempenho orçamental

A demonstração de desempenho orçamental evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contábilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento, e por classificação económica da execução orçamental.

Descrição	2020	2019	Descrição	2020	2019
Saldo de Gerência anterior	12 792 846,55	26 738 084,82			
Operações orçamentais [1]	12 792 846,55	26 738 084,82			
Receita Corrente	39 449 192,68	13 593 993,52	Despesa Corrente	92 664,83	-
Rendimentos de propriedade	15 732,23	17 686,82	Juros e outros encargos	-	-
Transferências e subsídios correntes	39 275 869,32	13 430 051,66	Transferências e subsídios correntes	92 590,56	-
Transferências correntes	39 275 869,32	13 430 051,66	Transferências correntes	92 590,56	-
Administrações Públicas	39 275 869,32	13 430 051,66	Administrações Públicas	92 590,56	-
Administração Central - Estado Português	39 275 869,32	13 430 051,66	Administração Central - Estado Português	92 590,56	-
Administração Central - Outras entidades	-	-	Administração Central - Outras entidades	-	-
Venda de bens e serviços	157 591,13	146 255,04	Subsídios correntes	-	-
Outras receitas correntes	-	-	Outras despesas correntes	74,27	-
Receita de Capital	162 109,53	212 647,15	Despesa de Capital	1 778 393,66	1 013 794,12
Venda de bens de investimento	-	-	Aquisição de bens de capital	-	-
Transferências e subsídios de capital	162 109,53	191 805,55	Transferências e subsídios de capital	1 778 393,66	1 013 794,12
Transferências de capital	162 109,53	191 805,55	Transferências de capital	1 778 393,66	1 013 794,12
Administrações Públicas	162 109,53	191 805,55	Administrações Públicas	1 778 393,66	1 013 794,12
Administração Central - Estado Português	162 109,53	191 805,55	Administração Central - Estado Português	1 267 460,74	247 910,32
Administração Central - Outras entidades	-	-	Administração Central - Outras entidades	510 932,92	765 883,80
Outras receitas de capital	-	20 841,60	Subsídios de capital	-	-
Reposição não abatidas aos pagamentos	-	-	Outras despesas de capital	-	-
Receita Efetiva [2]	39 611 302,21	13 806 640,67	Despesa Efetiva [5]	1 871 058,49	1 013 794,12
Receita não Efetiva [3]	-	-	Despesa não efetiva [6]	-	26 738 084,82
Receita com ativos financeiros	-	-	Despesas com ativos financeiros	-	26 738 084,82
Receita com passivos financeiros	-	-	Despesas com passivos financeiros	-	-
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	52 404 148,76	40 544 725,49	Soma [7] = [5] + [6]	1 871 058,49	27 751 878,94
Operações Tesouraria [8]	-	-	Operações Tesouraria [C]	-	-
			Saldo para a Gerência Seguinte	50 533 090,27	12 792 846,55
			Operações Orçamentais [8] = [4] - [7]	50 533 090,27	12 792 846,55
			Saldo Global [2] - [5]	37 740 243,72	12 792 846,55
			Despesa Primária	1 871 058,49	1 013 794,12
			Saldo Corrente	39 356 527,85	13 593 993,52
			Saldo Capital	- 1 616 284,13	- 801 146,97
			Saldo Primário	37 740 243,72	12 792 846,55
			Receita Total [1] + [2] + [3]	52 404 148,76	40 544 725,49
			Despesa Total [5] + [6]	1 871 058,49	27 751 878,94

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras dão a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa de uma entidade, com base, em informações sobre os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos, outras alterações no património líquido e fluxos de caixa.

5.2.1 Balanço

RUBRICAS	Notas	2020 Valor	2019 Valor	Variação	
				Valor	%
ATIVO					
Ativo corrente					
Dev e Cred P/Acr-Impost e Taxas Impu Period-Outro		-	74,27	-74,27	-100,0%
Dev Por Acres Rend-Juros, Divid e Out Rend Simila		6 643,78	-	6 643,78	
Dev Por Acres Rend-Outros Acréscimos Rendimentos		-	200 848,34	-200 848,34	-100,0%
Outras contas a receber		6 643,78	200 922,61	-194 278,83	-96,7%
Outros Ativos Financeiros-Certifi Espec Div CP		66 566 419,10	66 566 419,10	-	-
Outros ativos financeiros		66 566 419,10	66 566 419,10		
Depósitos à Ordem Tesouro Rec		50 533 090,27	12 792 846,55	37 740 243,72	
Caixa e depósitos		50 533 090,27	12 792 846,55	37 740 243,72	
		117 106 153,15	79 560 188,26	37 545 964,89	
Total do Ativo		117 106 153,15	79 560 188,26	37 545 964,89	
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património/Capital					
Resultados Transitados-De Períodos Anteriores		79 560 169,69	66 790 521,40	12 769 648,29	19,1%
Resultados Transitados-Ajustam Transição p/SNC-AP		200 848,34	-	-200 848,34	
Resultados transitados		79 359 321,35	66 790 521,40	12 568 799,95	18,8%
Resultado líquido do período		37 745 170,85	12 769 648,29	24 975 522,56	195,6%
Total Património Líquido		117 104 492,20	79 560 169,69	37 544 322,51	47,2%
PASSIVO					
Passivo corrente					
Credores Acrésc Gastos-Juros Liquidar e Out G.fi			18,57		
Credores Acrésc Gastos-Out Acres Gastos		1 660,95	-		
Outras contas a pagar		1 660,95	18,57		
Passivo corrente		1 660,95	18,57		
Total Passivo		1 660,95	18,57	1 642,38	
Património Líquido e Passivo		117 106 153,15	79 560 188,26	37 545 964,89	47,2%

O Total do Ativo registou um acréscimo de 47,2% face ao ano anterior, resultado que foi determinado pelo ativo corrente, proveniente da variação de 37.740.243 € registado na conta Depósitos à Ordem Tesouro Recebimentos, com origem, essencialmente nos recebimentos das contrapartidas recebidas em virtude da aplicação do princípio da onerosidade.

No que se refere ao Património Líquido e Passivo, destaca-se o resultado líquido do período, com uma variação de 24.975.522 €, seguindo-se os resultados transitados, com um crescimento de 12.769.648 €.

Refere-se ainda, que em 2020 registou-se nos Resultados Transitados um abatimento no montante de 200.848 €, proveniente de alterações nas políticas contabilísticas, resultantes da aplicação do SNC -AP pela primeira vez, conforme recomendação da Inspeção Geral de Finanças, no que se refere a afetação de receita de alienações registada na conta Devedores Por Acréscimo Rendimentos-Outros Acréscimos Rendimentos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2.2 Demonstração de Resultados por Natureza

A análise do desempenho do Fundo numa ótica de gastos e rendimentos é proporcionada pela Demonstração de Resultados, por natureza, evidenciando a avaliação do resultado do exercício do período e o modo como foi gerado.

Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019	Variação
Transf e Sub Cor Obt-Transferências Correntes		39 611 005,12	13 783 387,28	
Transferências e subsídios correntes obtidos		39 611 005,12	13 783 387,28	25 827 617,84
Trans e Subs Conc-Transferênc Correntes Concedida		-1 870 984,22	-1 013 794,12	
Transferências e subsídios concedidos		-1 870 984,22	-1 013 794,12	-857 190,10
OR-Correç Per Ant-Outros		-	0,04	
Outros rendimentos e ganhos		-	0,04	-0,04
OG-Impostos e Taxas-Impostos Diretos		-1 716,65	-18,57	
OG-Correç Per Ant-Outras		-	-0,61	
Outros gastos		-1 716,65	-19,18	-1 697,47
Resultados antes depreciações e gastos de financiamento		37 738 304,25	12 769 574,02	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		37 738 304,25	12 769 574,02	24 968 730,23
Juros, Div e Out Rend-Juros Obtidos-Residentes		6 866,60	74,27	
Juros e rendimentos similares obtidos		6 866,60	74,27	6 792,33
Resultados antes de impostos		37 745 170,85	12 769 648,29	24 975 522,56
Impostos sobre o rendimento		-	-	
Resultado líquido do período		37 745 170,85	12 769 648,29	24 975 522,56

Relativamente às transferências e subsídios correntes obtidas verifica-se uma variação positiva de 25.827.617 €. Por outro lado, as transferências e subsídios concedidos, registaram um acréscimo de 857.190 €, que resultou do aumento das transferências concedidas para os beneficiários do Fundo, decorrentes do financiamento das obras de reabilitação e conservação dos móveis da propriedade do Estado.

Relativamente aos outros gastos e perdas verifica-se uma variação de 1.697 €, em resultado do acréscimo dos gastos com IRC referente às aplicações financeiras em CEDIC.

Quanto aos juros e rendimentos similares obtidos verifica-se uma variação 6.792 €, proveniente dos rendimentos das aplicações financeiras em CEDIC.

Por último, verificou-se um aumento do resultado Líquido no montante de 24.975.522 €, face a 2019.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2.3. Demonstração de alterações no património líquido

Descrição		Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla			Total do património líquido
		Resultados transitados	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO EM 01/01/2020	(1)	66 790 521,40	12 769 648,29	79 560 169,69	79 560 169,69
ALTERAÇÃO NO PERÍODO	(2)	12 568 799,95	-12 769 648,29	-200 848,34	-200 848,34
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		-200 848,34	-	-200 848,34	-200 848,34
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		12 769 648,29	-12 769 648,29	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)	-	37 745 170,85	37 745 170,85	37 745 170,85
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)	12 568 799,95	24 975 522,56	37 544 322,51	37 544 322,51
OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)	-	-	-	-
POSIÇÃO EM 31/12/2020	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	79 359 321,35	37 745 170,85	117 104 492,20	117 104 492,20

Através da análise do presente mapa verifica-se que o resultado transitado foi de 79.359.321 € e ainda o resultado líquido do exercício foi de 37.745.171 €, resultando um total do património líquido de 117.104.492 €.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2.4. Demonstrações de fluxos de caixa

Caixa compreende dinheiro e depósitos à ordem, os equivalentes de caixa são investimentos a curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor e Fluxos de caixa são influxos e efluxos de caixa e equivalentes de caixa.

Rubricas	Notas	Período	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		157 591,13	146 255,04
Recebimentos transferências e subsídios correntes		39 275 869,32	13 430 051,66
Pagamentos de transferências e subsídios		-92 590,56	0,00
Caixa gerada pelas Operações		39 340 869,89	13 576 306,70
Outros recebimentos/pagamentos		15 360,87	38 528,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		39 356 230,76	13 614 835,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitante a:			
Outros ativos		-1 778 393,66	-1 013 794,12
Recebimentos proveniente de:			
Subsídios ao investimento		162 109,53	191 805,55
Juros e rendimentos similares		297,09	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 615 987,04	-821 988,57
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b)		37 740 243,72	12 792 846,55
Caixa e seus equivalentes de cx. no início do per.		79 359 265,65	66 566 419,10
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per.		117 099 509,37	79 359 265,65
CONCILIAÇÃO ENTRE CX E SEUS EQUIV E SALDO GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de cx. no início do per.		79 359 265,65	66 566 419,10
-Equivalentes a caixa no início do período		-66 566 419,10	-39 828 334,28
= Saldo da gerência anterior (SGA)		12 792 846,55	26 738 084,82
SGA De execução orçamental		12 792 846,55	26 738 084,82
SGA de operações de tesouraria		-	-
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per.		117 099 509,37	79 359 265,65
-Equivalentes a caixa no fim do período		-66 566 419,10	-66 566 419,10
= Saldo da gerência seguinte (SGS)		50 533 090,27	12 792 846,55
SGS De execução orçamental		50 533 090,27	12 792 846,55
SGS De operações de tesouraria		-	-

Os recebimentos de cliente referem-se à receita proveniente de arrendamentos e cedência de edifícios de propriedade do Estado.

O recebimento transferências correntes decorre das contrapartidas em virtude da aplicação do princípio da onerosidade e ainda, dos juros referente ao produto da alienação de imóveis da propriedade do Estado.

Outros recebimentos correspondem à receita proveniente de arrendamento de terrenos do Estado deduzida do gasto do IRC (aplicações em CEDIC).

Nas atividades de investimento, os pagamentos correspondem a transferências de capital, (transferências e subsídios de capital concedidos) aos diversos beneficiários do Fundo

Os recebimentos provenientes de subsídios ao investimento resultam da receita proveniente da alienação de imóveis da propriedade do Estado

Os Juros e rendimentos similares provém das aplicações financeiras em CEDIC.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6. Síntese conclusiva

Tendo em conta o referido, a atividade desenvolvida pelo Fundo em 2020, registou um ligeiro abrandamento quando comparado com o ano anterior, salientando-se os seguintes resultados:

- Foram aprovadas 5 candidaturas envolvendo um montante aproximado de 3,4 milhões de euros (em 2019 foram aprovadas 6 envolvendo 4,8) e reapreciadas 3 de candidaturas, aprovadas em anos anteriores.
- Foram celebrados 5 novos contratos de financiamento de 1,6 milhões de euros (valor inferior ao de 2019, 6 contrato de 2,3 milhões de euros). Em termos de execução financeira, registou-se um acréscimo no volume de pagamentos aos serviços beneficiários que passou de 1 milhão de euros em 2019 para 1,8 milhões de euros em 2020.
- O número de candidaturas pendentes de decisão registou um acréscimo, no final de 2020 encontravam-se 46 candidaturas em apreciação (40 em 2019.)

Verifica-se ainda, um lapso temporal significativo entre a aprovação e a contratualização das candidaturas, no final de 2020, encontravam-se 13 candidaturas por contratualizar, a que corresponde um montante a financiar de cerca de 8,3 milhões de euros. Neste aspeto, importa referir, que o desenvolvimento da atividade do Fundo foi condicionada por constrangimentos, nomeadamente, atrasos registados nos procedimentos prévios à contratação pública (projetos de execução e aprovação de portarias de extensão de encargos), bem como a falta de apresentação de comprovativos de que o serviço beneficiário dispõe de dotação orçamental para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação por parte do Fundo, que obrigaram a protelar a celebração de contratos e, consequentemente, o seu financiamento, com impactos significativos no cumprimento do previsto no plano de atividades.

Em termos orçamentais, a receita arrecadada no valor de 39,6 milhões de euros foi superior à despesa que se cifrou em 1,8 milhão, gerando um saldo de 37,8 milhões de euros. Comparativamente a 2019, a receita arrecadada registou um acréscimo de 25,8 milhões de euros, que ficou a dever-se essencialmente à receita proveniente do princípio de onerosidade.

A situação económico-financeira mantém-se positiva, verificando-se assim, que para cumprir os objetivos do Fundo, os proveitos gerados foram suficientes para fazer face à despesa, gerando ainda, um resultado líquido de 37,7 milhões de euros. O balanço evidencia uma variação positiva de 37,7 milhões de euros, para a qual contribui a variação do valor em depósitos à ordem.

Em 2021, o Fundo tenciona continuar a dar prioridade ao aumento da execução financeira, e dessa forma mobilizar esforços significativos para prosseguir com o financiamento das operações necessárias à reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado em utilização por parte dos serviços e organismos públicos, e ainda financiar as operações de remoção do amianto em imóveis do domínio público e privado do Estado e em imóveis propriedade dos institutos públicos e das empresas públicas do Setor Empresarial do Estado.

Pretende-se ainda, prosseguir com a divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Ao nível dos procedimentos de apreciação e aprovação das candidaturas, no que respeita ao processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, mantém-se o propósito de concretizar este objetivo, que está dependente do desenvolvimento do projeto de implementação da plataforma de gestão de património imobiliário público, que se encontra em fase de preparação de um concurso público internacional a lançar pela DGTF, o qual enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial, bem como a inclusão de um módulo específico para o FRCP.

A COMISSÃO DIRETIVA

Maria João Araújo
(Presidente)

Miguel Marques dos Santos
(Vogal)

Liliana Fonseca Lourenço
(Vogal)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexos

Demonstrações Financeiras

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Natureza
- Demonstração das Alterações do Património líquido
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Demonstrações Orçamentais

- Demonstração de Desempenho Orçamental
- Demonstração de Execução Orçamentas da Receita
- Demonstração de Execução Orçamentas da Despesa



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Balanço

Rubricas	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não correntes			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		0,00	0,00
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transfer. e sub. não reembols.		0,00	0,00
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		6.643,78	200.922,61
Diferimentos		0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	18	66.566.419,10	66.566.419,10
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos		50.533.090,27	12.792.846,55
		117.106.153,15	79.560.188,26
Total Ativo		117.106.153,15	79.560.188,26
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		0,00	0,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		79.359.321,35	66.790.521,40
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		0,00	0,00
Resultado líquido do período		37.745.170,85	12.769.648,29
		117.104.492,20	79.560.169,69
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Credores transfer. e sub. não reembolsáveis		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Adiant. de clientes, contribuintes utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		1.660,95	18,57
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		1.660,95	18,57
Total Passivo		1.660,95	18,57
Património Líquido e Passivo		117.106.153,15	79.560.188,26



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Resultados por Natureza

Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Impostos, contribuições e taxas		-	-
Vendas		-	-
Prestações de serviços e concessões		-	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	39.611.005,12	13.783.387,28
Rend/Gast. imput.ent.cont.,assoc. e emp.conj.		-	-
Variações nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das merc. vend. e das matérias consum.		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com pessoal		-	-
Transferências e subsídios concedidos		-1.870.984,22	-1.013.794,12
Prestações sociais		-	-
Imp.de invent.e ativos biol. (perdas/revers.)		-	-
Imparid. de dívidas a receber(perdas/revers.)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imp. invest. não dep./amortiz(perdas/revers.)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos		-	0,04
Outros gastos		-1.716,65	-19,18
Res. antes deprec. e gastos de financiamento		37.738.304,25	12.769.574,02
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-	-
Imparid. invest. dep./amortiz(perdas/revers.)		-	-
Result. operac(antes de gastos financiamento)		37.738.304,25	12.769.574,02
Juros e rendimentos similares obtidos		6.866,6	74,27
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		37.745.170,85	12.769.648,29
Imposto sobre o rendimento		-	-
Resultado líquido do período		37.745.170,85	12.769.648,29

Demonstração das Alterações do Patrimônio líquido

Descrição	Notas	Patrimônio líquido atribuído aos detentores do Patrimônio de Entidades que controlam										Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido
		Capital/ Patrimônio Subscrito	Ações (quotas) próprias	Direitos instrumentos capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados translatados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações de patrimônio líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,66 790 521,40	0,00	0,00	0,00	12 769 648,29	79 560 169,69	79 560 169,69
ALTERAÇÃO NO PERÍODO													
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-200 848,34	0,00	0,00	0,00	0,00	-200 848,34	-200 848,34
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conv. demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 769 648,29	0,00	0,00	0,00	-12 769 648,29	0,00	0,00
							12 568 799,95				-12 769 648,29	-200 848,34	-200 848,34
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											37 745 170,85	37 745 170,85	37 745 170,85
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2)+(3)											24 975 522,56	37 544 322,51	37 544 322,51
OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)													
Subscrições de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79 359 321,35	0,00	0,00	0,00	37 745 170,85	117 104 492,20	117 104 492,20

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Período	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		157.591,13	146.255,04
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos transferências e subsídios correntes		39.275.869,32	13.430.051,66
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		0,00	0,00
Pagamentos ao pessoal		0,00	0,00
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-92.590,56	0,00
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas Operações		39.340.869,89	13.576.306,70
Pagamento / recebimento do Imp. sobre rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		15.360,87	38.528,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		39.356.230,76	13.614.835,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitante a:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		-1.778.393,66	-1.013.794,12
Recebimentos proveniente de:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		162.109,53	191.805,55
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		297,09	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1.615.987,04	-821.988,57
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos proveniente de:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de cap. e de out instrumentos de cap.		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamento respeitantes a:		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		37.740.243,72	12.792.846,55
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		79.359.265,65	66.566.419,10
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		117.099.509,37	79.359.265,65
CONCILIAÇÃO ENTRE CX E SEUS EQUIV E SALDO GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		79.359.265,65	66.566.419,10
-Equivalentes a caixa no início do período		-66.566.419,10	-39.828.334,28
+ Parte do SG que não constitui equiv. de caixa		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
=Saldo da gerência anterior (SGA)		12.792.846,55	26.738.084,82
SGA De execução orçamental		12.792.846,55	26.738.084,82
SGA De operações de tesouraria		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per.		117.099.509,37	79.359.265,65
-Equivalentes a caixa no fim do período		-66.566.419,10	-66.566.419,10
+ Parte do SG que não constitui equiv. de caixa		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte (SGS)		50.533.090,27	12.792.846,55
SGS De execução orçamental		50.533.090,27	12.792.846,55
SGS De operações de tesouraria		0,00	0,00



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexo às Demonstrações Financeiras

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

As presentes demonstrações orçamentais financeiras são as primeiras apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei 192/2015, de 11 de Setembro.

Com a adoção pela primeira vez do SNC-AP também foi necessário efetuar os seguintes ajustamentos de transição para o SNC-AP:

Em 01/01/2020 encontrava-se na rubrica de classificação económica devedores por acréscimos Rendimentos – Outros o montante de 200.848 €, proveniente da afetação da receita do produto da alienação dos imóveis da propriedade do Estado, discriminado conforme se apresenta no quadro infra.

Ano	Imóvel		Valor a Receber
	Processo	Descrição	
2011	21-NI-1	Antiga Estação Regional de Leite e Laticionios de Paços de Ferreira	19 983,25
2012	21-AA-108	Antigas instalações fabris da empresa António Pereira e Vidal e Filhos	2 926,78
2014	21-RM-84	Prédio urbano Lugar de cabanas, Valpaços	2 340,62
2014	26-LFC-F-54	Frações G na Rua dos Fanqueiros 90 a 100, Lisboa	11 653,96
2015	21-HÁ-54	Fração autónoma AB - T3-Rua Fernão de Magalhães, 21-3.º Cerro da Alagoa, 1.ª Fase Albufeira	562,20
2015	21-SZ-60	Edifício da antiga cadeia de Vouzela, sito no lugar da Feira, Vouzela	2 430,00
2015	21-PI-227	Prédio misto sito na Quinta dos Almarjões em Santa Cruz	12 889,53
2016	21-HH-152	Prédio misto sito no Sargaçal, em Lagos	
2017	21-LFG-A-230	Prédio com três pisos sito no Largo do Rio Seco, nº 10 e 10-A em Lisboa	23 712,00
2017	21-LFG-C-306	Prédio de dois pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 3 e 3-A em Lisboa	31 775,00
2017	21-LFG-C-307	Prédio de três pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 5 e 5-A em Lisboa	37 000,00
2017	21-LFG-C-308	Prédio de dois pisos sito na Rua General João de Almeida, nº 9 em Lisboa	43 650,00
2017	21-PD-230	Imóvel composto por dois edifícios sito na Rua de Goa, nº 72, em Santo André, Barreiro	11 925,00
Total			200 848,34

Refere-se ainda, que se registou a regularização que afeta o Património Líquido, com impacto nos Resultados Transitados, do referido montante no valor de 200.848 €, na sequência das alterações nas políticas contabilísticas, resultantes da aplicação do SNC-AP pela primeira vez, conforme recomendação da Inspeção Geral de Finanças.

Os ajustamentos resultantes da referida mudança, são reconhecidos numa conta especificamente criada para o efeito, a conta “Ajustamentos de transição para o SNC-AP”.

Nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, não é necessário efetuar a reexpressão da informação relativa ao ano anterior (comparativos). Esta informação é apresentada através da conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP, da seguinte forma:



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 1: Reconciliação para o Balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

Rubricas	Valores conforme normativo anterior 31/12/2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades /Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01/01/2020
(1)	(2)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
ATIVO									
Ativo não corrente									
Ativos fixos tangíveis									
Propriedades de investimento									
Ativos intangíveis									
Ativos biológicos									
Participações financeiras									
Devedores por emprést. bonif. e sub reembolso									
Clientes, contribuintes e utentes									
Acionistas/sócios/associados									
Diferimentos									
Outros ativos financeiros									
Ativos por impostos diferidos									
Outras contas a receber									
Ativo corrente									
Inventários									
Ativos biológicos									
Devedores por transfer. e sub. não reembolso									
Devedores por emprést. bonif. e sub reembolso									
Clientes, contribuintes e utentes									
Estado e outros entes públicos									
Acionistas/sócios/associados									
Outras contas a receber	200 922,61					200 848,34			74,27
Diferimentos									
Ativos financeiros detidos para negociação	66 566 419,10								66 566 419,10
Outros ativos financeiros	12 792 846,55								12 792 846,55
Ativos não correntes detidos para venda	79 560 188,26								79 559 339,92
Caixa e depósitos	79 560 188,26								79 559 339,92
Total Ativo	79 560 188,26								79 559 339,92
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património/Capital									
Ações (quotas) próprias									
Outros instrumentos de capital próprio									
Prémios de emissão									
Reservas									
Resultados transitados	66 790 521,40					200 848,34			66 589 673,06
Ajustamentos em ativos financeiros									
Excedentes de revalorização									
Outras variações no património líquido									
Resultado líquido do período	12 769 648,29								12 769 648,29
Total	79 560 188,26								79 559 339,92
PASSIVO									
Passivo não corrente									
Provisões									
Financiamentos obtidos									
Fornecedores de investimentos									
Fornecedores									
Responsabilidades por benefícios pos. emprego									
Passivos por impostos diferidos									
Outras contas a pagar									
Passivo Corrente									
Credores transfer. e sub. não reembolsáveis									
Fornecedores									
Adiant. de clientes, contribuintes utentes									
Estado e outros entes públicos									
Acionistas/sócios/associados									
Financiamentos obtidos									
Fornecedores de investimentos									
Outras contas a pagar	18,57								18,57
Diferimentos									
Passivos financeiros detidos para negociação									
Outros passivos financeiros									
Total	18,57								18,57
Total Passivo	18,57								18,57
Património Líquido = Passivo	79 560 188,26								79 559 339,92

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILISTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

Endereço: Rua da Alfândega, n.º 5-1.º, 1149-008 Lisboa

Código da classificação orgânica: 05.1.06.01.00

Tutela: Ministério das Finanças

Regime financeiro: Registado como Serviço e Fundo Autónomo



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Legislação:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008, de 24 de outubro determinou a constituição do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, no âmbito do Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro procedeu à criação do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, com a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira.
- Portaria n.º 293/2009, de 24 de março aprovou o Regulamento de Gestão do Fundo.
- Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que confere nova redação aos artigos 2.º e 4.º do Decreto-lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro.
- Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto, pela Portaria n.º 397/2019, de 21 de novembro e Portaria n.º 309-D/2020, de 31 de dezembro, aprovou a regulamentação do princípio da onerosidade em relação à ocupação e utilização dos imóveis do Estado pelos serviços e organismos públicos e fixou a afetação ao Fundo de 50% da receita daquela proveniência.

Estrutura organizacional efetiva:

O Fundo é gerido por uma Comissão Diretiva, constituída, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, por três membros, nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, não auferindo qualquer remuneração pelo exercício das suas funções e sendo o presidente, por inerência, o Diretor Geral do Tesouro e Finanças.

O mandato dos membros da comissão diretiva tem a duração de três anos.

Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, o controlo e fiscalização da gestão do Fundo são exercidos pela Inspeção-Geral de Finanças.

O Fundo funciona junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a qual assegura o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao respetivo funcionamento.

1.2. REFERENCIAL CONTABILISTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro, que integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas contabilísticas públicas e o plano multidimensional.

Derrogações de disposições do SNC-AP

No decorrer do exercício de 2020 não existiram, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

b) Comparabilidade

Conforme referido na nota 0 acima, as presentes demonstrações são as primeiras apresentadas de acordo com as NCP, no entanto, os valores constantes das demonstrações financeiras de 2020 extraídas do sistema GERFIP – Gestão de Recursos Financeiros em modo Partilhado são comparáveis com os valores de 2019.

e) Valores de depósitos à ordem

O Fundo para fazer face ao seu objetivo e finalidade, dispõe de uma conta aberta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE (IGCP) que apresentavam os seguintes montantes conforme mapa seguinte:

Período	
31/12/2020	31/12/2019
50 533 090,27	12 792 846,55

2- PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2020 dão uma imagem verdadeira e apropriada dos ativos, passivos e resultados do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial.

Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relacionadas nas demonstrações financeiras.

Relativamente ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Consistências de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, desta forma é proporcionada informação fiável para as entidades.

Materialidade e agregação

A referência da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. As demonstrações apresentadas resultam da agregação em classes e contas principais de acordo com a sua natureza, que constituem itens do balanço, demonstração dos resultados, demonstração das alterações no património líquido e demonstração de fluxos de caixa.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Compensação

Dado a sua importância, os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não foram sujeitos a compensação, sendo divulgados separadamente.

Continuidade

As demonstrações financeiras do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial foram preparadas na base da continuidade das operações.

2. 2 -PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP) continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3- ATIVOS INTANGÍVEIS

O FRCP não detém ativos intangíveis.

4- ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

O FRCP não efetuou nenhum acordo de concessão de serviços.

5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O FRCP não detém ativos tangíveis.

6 – LOCAÇÕES

O FRCP não detém ativos em regime de locação.

7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de financiamentos obtidos é nula, uma vez que o FRCP não recorre a empréstimos como forma de financiamento.

8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de propriedades de investimentos é nula, uma vez que O FRCP não detém bens de domínio público, terrenos e recursos naturais, edifícios e outros construções ou quaisquer outras propriedades de investimento.

9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Não se verificam imparidades de ativos.

10 – INVENTÁRIOS

O FRCP não dispõe de inventários.

11 – AGRICULTURA

O FRCP não detém ativos biológicos ou produtos agrícolas.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O FRCP não detém contratos de construção.

13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O FRCP não dispõe de rendimentos de transações com contraprestação.

14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÕES

Os rendimentos das transações sem contrapartidas, nomeadamente, as transferências subsídios correntes obtidos são mensurados pela quantia do aumento ativo reconhecido pela entidade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os rendimentos de transações sem contraprestações tem a seguinte decomposição:

Rendimentos	31/12/2020	31/12/2019
Transferências e subsídios correntes obtidos	39.611.005,12	13.783.387,28

15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTE

O FRCP não dispõe de provisões, passivos contingentes e ativos contingente.

16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O FRCP não efetua transações em moedas diferentes, pelo que não ocorreram efeitos de alterações em taxas de câmbio.

17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Não ocorreram acontecimentos, tanto favoráveis como desfavoráveis, entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras que ocorram são autorizadas para emissão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 06/05/2021 pela Comissão Diretiva.

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros têm a seguinte decomposição.

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por Imparidades	Outros	Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por Imparidades	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras - justo valor										
Outros ativos financeiros	66.566.419,10									66.566.419,10
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
Outros ativos financeiros										
TOTAL	66.566.419,10									66.566.419,10



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Os ativos descritos no quadro são respeitantes a Certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC), conforme abaixo descriminado:

Entidade			Valor final do período			Observações
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	valor subscrito	Data subscrição	Valor contabilizado a 31/12/2020	
IGCP, E.P.E.	Entidade Pública	503756237	797 000,00	24/01/2020	797 000,00	CEDIC
			1 009 170,00	28/02/2020	1 009 170,00	
			26 738 084,82	02/03/2020	26 738 084,82	
			858 837,98	20/03/2020	858 837,98	
			2 316 309,02	29/05/2020	2 316 309,02	
			2 901 324,93	26/06/2020	2 901 324,93	
			5 937 032,00	31/07/2020	5 937 032,00	
			706 577,59	25/09/2020	706 577,59	
			3 408 266,79	16/10/2020	3 408 266,79	
			1 103 879,22	30/10/2020	1 103 879,22	
			14 943 321,09	03/12/2020	14 943 321,09	
			5 846 615,66	23/12/2020	5 846 615,66	
	Total		66 566 419,10		66 566 419,10	

19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O FRCP não dispõe de mapa de pessoal. Conforme determina o n.º 3 do artigo 2º do regulamento de Gestão do FRCP, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, o Fundo funciona junto DGTF, a qual assegura o apoio técnico, logístico e administrativo à respetiva comissão diretiva.

20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O Fundo não esteve sujeito ao controlo nem teve qualquer tipo de controlo sobre outras entidades, pelo que não existem relacionamentos a divulgar.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstrações Orçamentais

Demonstração de Desempenho Orçamental

[illegible]

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Receita por Cobrar períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas			Receitas por cobrar no final do ano	Grau de execução orçamental
							Emitidas	Pagas	Receita Anterior	Período Correntes	Total		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)-(7)	(11)	(12)=(10)/(11)×100
Receitas correntes													
R.05.03.01.10.30	Rendimentos De Propriedade- Juros-Estado	298,00	-	297,09	-	297,09	-	-	-	297,09	297,09	-	99,69%
R.05.10.01.01.04	Rendimentos De Propriedade- Rendas-S	7 792,00	-	7 828,58	-	7 828,58	-	-	-	7 828,58	7 828,58	-	100,47%
R.05.10.01.02.04	Rendimentos De Propriedade- Rendas-Ad.	4 500,00	-	3 230,78	-	3 230,78	-	-	-	3 230,78	3 230,78	-	71,80%
R.05.10.01.05.04	Rendimentos De Propriedade- Rendas-Out.	10 160,00	-	4 375,78	-	4 375,78	-	-	-	4 375,78	4 375,78	-	43,07%
R.06.03.01.10.18	Transferências Correntes Central	71 274 357,00	-	39 275 869,32	-	39 275 869,32	-	-	-	39 275 869,32	39 275 869,32	-	55,11%
R.07.03.01.01.04	Vendas De Bens Serviços Correntes-Rendas	12 671,00	-	7 969,37	-	7 969,37	-	-	-	7 969,37	7 969,37	-	62,89%
R.07.03.02.01.04	Vendas De Bens Serviços Correntes-Rendas	128 832,00	-	149 621,76	-	149 621,76	-	-	-	149 621,76	149 621,76	-	116,14%
Receita de Capital													
R.10.03.01.10.18	Despesas Excepcionais Dgtf	29 064,00	-	162 109,53	-	162 109,53	-	-	-	162 109,53	162 109,53	-	557,77%
R.16.01.03.01.05	Rc - Org. Do Min. Das Finanças	12 792 847,00	-	12 792 846,55	-	12 792 846,55	-	-	-	12 792 846,55	12 792 846,55	-	100,00%
Total		84 260 521,00		52 404 148,76		52 404 148,76				52 404 148,76	52 404 148,76		62,19%



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Execução Orçamentária da Despesa

Rubrica	Despesa por pagar de períodos anteriores	Doações Condições	Cativos /descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposição			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução
						Períodos anteriores	Períodos corrente	Total			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	9 = (8)+(7)	10 = (5)-(6)	11 = (6)-(9)	(12)=(9)/(11)*100%
Despesa corrente											
0.02.02.25.00.00	25.000,00										0,0%
0.04.03.01.29.65	92.590,56			92.590,56	92.590,56		92.590,56	92.590,56			100,0%
0.06.02.01.00.00	75,00			74,27	74,27		74,27	74,27			99,0%
0.06.02.03.00.00	4.107,00										0,0%
Despesa de capital											
0.06.03.01.12.21	77.717,00										97,8%
0.06.03.01.19.50	500.000,00										0,0%
0.06.03.01.19.73	678.400,00										0,0%
0.06.03.01.19.74	133.654,00										0,0%
0.06.03.01.19.78	538.807,00										0,0%
0.06.03.01.22.33	376.688,00										0,0%
0.06.03.01.22.86	190.808,00										21,1%
0.06.03.01.24.02	144.648,00										0,0%
0.06.03.01.26.18	500.000,00										0,0%
0.06.03.01.29.44	735.474,00										0,0%
0.06.03.01.31.30	501.840,00										0,0%
0.06.03.01.43.88	59.497,00										0,0%
0.06.03.01.44.03	2.293.003,00										25,2%
0.06.03.01.44.32	884.128,00										64,9%
0.06.03.06.56.19	2.092.102,00										0,0%
0.06.03.06.57.52	1.240.320,00										0,0%
0.06.03.06.58.09	967.324,00										16,7%
0.06.03.06.58.52	365.688,00										95,6%
0.06.03.06.58.58	137.283,00										0,0%
0.06.03.06.58.62	291.978,00										0,0%
0.06.05.01.83.00	20.000.000,00										0,0%
0.11.02.00.00.00	286.542,00										0,0%
Total	33.967.674,00	29.107,00	2.810.367,99	2.810.367,99	1.871.058,49	-	1.871.058,49	1.871.058,49	989.309,50		5,7%

Handwritten signatures and initials in blue ink.